

## S. Bernardo, de Graciliano Ramos na óptica da noção de tempo de Émile Benveniste

S. Bernardo, by Graciliano Ramos from the perspective of Émile Benveniste's notion of time

Alana Brezolin<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo examina a manifestação do tempo da enunciação e do tempo do enunciado no romance S. Bernardo, de Graciliano Ramos, publicado em 1934. Parte-se da análise literária da obra, com destaque aos aspectos mais relevantes dela para este estudo. Para a compreensão do(s) sentido(s) da obra, recorre-se brevemente à biografia do escritor e à história do tempo em que viveu, como requer Émile Benveniste em sua teoria. Antes da análise linguística, é explorado o capítulo quatro da obra Problemas de linguística geral II (1974), “A linguagem e a experiência humana”, de Benveniste. Tendo em vista as categorias de pessoa e de tempo e a compreensão do que são enunciação e enunciado, na visão do linguista, foca-se na linguagem da obra ou do narrador e personagem Paulo Honório, atrelada ao tempo. Para isso, são investigados, principalmente, os capítulos XIX e XXXVI do romance. Percebe-se a alternância dos tempos conforme a necessidade de o narrador contar o que está acontecendo com ele no momento de escrita do próprio romance que lemos ou o que já aconteceu. No capítulo XIX, contudo, o narrador se encontra em um delírio e, assim, ora utiliza o tempo da enunciação, ora o do enunciado.

Palavras-chave: S. Bernardo; Graciliano Ramos; Tempo da Enunciação; Tempo do Enunciado; Émile Benveniste.

**Abstract:** This article examines the manifestation of the time of enunciation and the time of the enunciated in the novel S. Bernardo, by Graciliano Ramos, published in 1934. It starts with a literary analysis of the work, highlighting its most relevant aspects for this study. In order to understand the meaning(s) of the work, we briefly look at the writer's biography and the history of the time in which he lived, as required by Émile Benveniste in his theory. Before the linguistic analysis, chapter four of Benveniste's Problemas de linguística geral II (1974), “A linguagem e a experiência humana”, is explored. With the categories of person and time in mind and an understanding of what enunciation and enunciated are, in the linguist's view, the focus is on the language of the work or of the narrator and character Paulo Honório, linked to time. To this end, the chapters XIX and XXXVI of the novel are mainly investigated. We see the alternation of times according to the narrator's need to tell what is happening to him at the moment of writing the novel we are reading or what has already happened. In chapter XIX, however, the narrator is in a state of delirium, so he uses either the enunciation or the enunciated time.

<sup>1</sup>Mestra em Letras e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Cultura (PPGLet) da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e possui Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa também pela UCS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9623-2356> Email: [alanabrezolin@gmail.com](mailto:alanabrezolin@gmail.com)

Keywords: S. Bernardo; Graciliano Ramos; Time of Enunciation; Time of the Enunciated; Émile Benveniste.

## 1 Considerações iniciais

À primeira vista, pode parecer estranho colocar lado a lado Graciliano Ramos e Émile Benveniste ou *S. Bernardo* e *Problemas de linguística geral II*. Um escritor ou ficcionista, o primeiro, e um linguista, o segundo; um romance, de um lado, e uma obra teórica sobre linguística, de outro. Talvez por nos depararmos mais com análises literárias e não tanto com análises linguísticas de uma obra literária.

Este artigo contém as duas análises, tanto a literária quanto a linguística, mas debruça-se mais sobre a segunda, visto que o seu objetivo é examinar a manifestação do tempo da enunciação e do tempo do enunciado no romance *S. Bernardo* (2021), de Graciliano Ramos.

Por meio do romance, o autor nos revela um narrador possessivo, violento e indiferente às consequências dos seus atos. Ora estamos no tempo da enunciação, ora no tempo do enunciado, conforme a necessidade de o narrador contar o que está acontecendo com ele no momento de escrita do próprio romance que lemos ou o que já aconteceu com ele. Para a análise linguística, partimos das considerações de Émile Benveniste sobre as categorias de pessoa e de tempo, bem como das definições de enunciação e de enunciado.

Em “A linguagem e a experiência humana” (1989), Benveniste nos apresenta a linguagem, a língua e as línguas de um modo muito singular: dando ênfase à experiência humana. É ela que revela as categorias de pessoa, de tempo, bem como de espaço, indispensáveis em sua obra. A observação sobre o tempo físico, crônico e linguístico é, por vezes, poética. Suas reflexões extrapolam o campo da linguística, como a análise sobre os calendários, mas sempre convergem para o estudo da natureza humana e da natureza da linguagem.

## 2 *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos

Antes de apresentarmos o objeto de estudo literário deste artigo, *S. Bernardo*, importa conhecermos quem foi Graciliano Ramos, o autor da obra, e em que tempo e espaço ele escreveu o romance, pois, conforme Émile Benveniste (1989), uma experiência humana se instaura no momento em que um sujeito se apropria do *eu*, opondo-se a um *tu* e *ele*, em um espaço, *aqui*, e em

um tempo, sempre presente, *agora*. Só compreenderemos o(s) sentido(s) de *S. Bernardo* ao sabermos um pouco sobre Graciliano Ramos, o *eu*; o público para o qual ele escreveu, o *tu*; sobre o que ou quem se referiu, o *ele*; onde ele estava (Alagoas), o *aqui*; e o tempo em que viveu (anos 30), o *agora*.

Graciliano Ramos (1892-1953), alagoano, iniciou carreira literária bem cedo, ainda na época em que estudava em um internato. Trabalhou em diversos jornais, tanto como escritor quanto como revisor. Ocupou, também, cargos políticos. Foi eleito prefeito, em 1927, de Palmeira dos Índios, e atuou como diretor da Instrução Pública de Alagoas (equivalente a Secretário Estadual de Educação), em 1933.

Ainda, entre esse meio tempo, em 1930, depois de renunciar ao cargo de prefeito, foi nomeado diretor da Imprensa Oficial de Alagoas e, um ano após, demitiu-se novamente. Em 1932, começou a escrita de *S. Bernardo*, publicado em 1934. Além de outras obras, antes de *S. Bernardo* publicou *Caetés*, em 1933, e depois *Angústia*, em 1936.

Sobre o tempo em que viveu Graciliano Ramos, destacamos dois episódios importantes dos anos 1920-1930, consoante a obra *Brasil: uma biografia* (2015), de Lília Moritz Schwarcz e Heloisa Maria Murgel Starling. O primeiro foi a realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em 1922. Nesse ano, inclusive, comemorava-se o centenário da Independência. A Semana de Arte Moderna apenas foi identificada como um movimento de reação aos padrões vigentes da época, associados à cultura bacharelesca, mais tarde. Ela visava à renovação da arte e da cultura, a partir das estéticas de vanguarda da Europa, mas em moldes brasileiros.

O segundo episódio a ser ressaltado é a Revolução de 30, que provavelmente incidiu sobre Graciliano Ramos, pois está representada em *S. Bernardo*. Na expressão de Schwarcz e Starling (2015), a Primeira República poderia acabar “no voto ou nas armas”. Na época, mineiros e paulistas alternavam o comando da presidência. Antes das eleições de 1930, o Brasil estava sob o comando de Washington Luís, paulista, sucessor de Artur Bernardes, mineiro. Era a vez de um mineiro ser indicado, contudo, Washington Luís rompeu o acordo ao lançar a candidatura de Júlio Prestes, também paulista.

Por causa disso, Minas Gerais, em conjunto com o Rio Grande do Sul e a Paraíba formaram a candidatura de oposição, a chamada Aliança Liberal. Júlio Prestes disputou com Getúlio Vargas. Depois de abertas as urnas, Júlio Prestes foi anunciado vencedor, todavia, ele “até podia ganhar nas urnas, rosnavam uns para os outros [alguns líderes políticos da Aliança



Liberal]], mas Getúlio venceria nas armas” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 356). O estopim para a revolta civil e militar de 1930 teve início após a morte do vice-presidente de Getúlio Vargas, João Pessoa. O motivo do crime foram fatores pessoais, mas a Aliança declarou que houve motivação política e, assim, a Primeira República teve o seu fim.

Foram nessas circunstâncias que Graciliano Ramos escreveu *S. Bernardo*. O título do romance se refere a um espaço, isto é, a uma fazenda. Nela acompanhamos a ascensão e a queda social do narrador e personagem Paulo Honório. *S. Bernardo* se constitui como o livro escrito por Paulo Honório, em que narra a sua história de vida anterior e posterior à posse ou à apropriação da fazenda e de sua esposa, Madalena. Ela, assim como a propriedade, é adquirida como um objeto ou uma coisa. Depois de Paulo Honório convidar Madalena para lecionar na fazenda, o que ela recusa, ele lhe propõe o casamento, afirmando que esse pedido é como um negócio: “se chegarmos a acordo, quem faz um negócio supimpa sou eu” (Ramos, 2021, p. 105).

Paulo Honório, na intenção de escrever o livro que lemos, primeiro nos conta que imaginou desenvolvê-lo pela divisão do trabalho. Para isso, procura a ajuda de alguns amigos e atribui a cada um deles uma tarefa. Divergências afastam alguns companheiros e o resultado o desagrada. Distancia-se da escrita por um tempo, mas, ao ouvir um pio de coruja, lembra-se de Madalena e decide iniciar o romance sozinho.

Só mais adiante na leitura da obra compreendemos que Paulo Honório começa a escrita do livro após a morte de Madalena. Em virtude, principalmente, desse acontecimento, decorrente do ciúme doentio dele, relacionado, como pontua Lafetá, em *O mundo à revelia* (1992), ao seu sentimento de propriedade e à reificação de suas relações com os outros.

Em pouco tempo percebemos que Paulo Honório é um capitalista, um homem de negócios, dinâmico e que se move, independentemente das circunstâncias, rumo aos seus objetivos. O primeiro deles é possuir a fazenda S. Bernardo, localizada no sertão, em Viçosa, Alagoas, e o segundo é gerar um herdeiro para ela. Para isso, toma posse de Madalena e exerce relação de poder sobre ela. O casamento com ela não passa, na verdade, de mais um empreendimento.

Antes, contudo, Paulo Honório foi empregado em S. Bernardo. Nesse período, a fim de conquistar a propriedade, utiliza-a como mercadoria de troca pelas dívidas que induz o proprietário da fazenda, Luís Padilha, filho do falecido patrão de Paulo, a acumular. De dono de S. Bernardo, Padilha se torna empregado de Paulo Honório. Este, por sua vez, já dono da

fazenda, leva até ela estrada, máquinas, eletricidade, técnicas de pecuária e agricultura, igreja e escola. Vejamos como ele pensa em falar sobre isso para Madalena e Padilha, em uma situação de ciúmes:

– Vejam isto. Estão dormindo? Acordem. As casas, a igreja, a estrada, o açude, as pastagens, tudo é novo. O algodão tem quase uma légua de comprimento e meia de largura. E a mata é uma riqueza. Cada pé de amarelo! cada cedro! Olhem o descaroçador, a serraria. Pensam que isto nasceu assim sem mais nem menos? (Ramos, 2021, p. 153).

Madalena, entretanto, não se submete a Paulo Honório. A partir disso, ele se torna, na expressão de Lafetá (1992), um “dínamo emperrado”. Ela aceita viver em S. Bernardo, e eles têm um filho, mas as suas ações são opostas às de Paulo Honório. Madalena, por exemplo, tem piedade dos empregados da fazenda, revolta-se com o modo de vida e de tratamento deles e o quanto recebem de ordenado.

Ela também não se restringe ao ambiente doméstico, como requer Paulo Honório, e pequenas atitudes dela causam desconfiança nele. As discussões entre eles aumentam ao longo do tempo, Paulo Honório a insulta, violenta empregado por causa dela, suspeita de amigos e começa a ter alucinações de que os amantes de Madalena rondam a casa durante as noites. A única saída encontrada por Madalena é o suicídio.

No capítulo XIX, localizado no centro do romance, somos cúmplices dos delírios ou das alucinações de Paulo Honório. Nesse capítulo, a linguagem da narrativa se altera extraordinariamente, como veremos adiante, com a intercalação do tempo da enunciação e do tempo do enunciado. Nessa parte, também, Paulo Honório narra a angústia sentida pela morte de Madalena – sem ainda ter revelado a morte dela – e relembra os ciúmes que sentia dela, culpando o espaço sertanejo: “a culpa foi minha, ou antes, a culpa foi desta vida agreste, que me deu uma alma agreste” (Ramos, 2021, p. 121).

A vida agreste, além disso, como ressalta Lafetá (1992, p. 204), “[...] são as lutas pela propriedade, pelo rebanho, pelas plantações de algodão e mamona, pelo poder, pelo capital”. Ainda, podemos assinalar que o declínio de Paulo Honório é influenciado pelo tempo em que vive, entre os anos 1920 e 1930, com a presença da modernidade.

Adiante, no capítulo XXVI, Paulo Honório afirma a sua culpa e se inferioriza, pontua que “em parte, a culpa era minha: não me tratava. Ocupado com o diabo da lavoura, ficava três,

quatro dias sem raspar a cara” (Ramos, 2021, p. 172). Por fim, no último capítulo, reforça a culpa da vida agreste: “a profissão é que me deu qualidades tão ruins [...] Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado” (Ramos, 2021, p. 233).

Desse modo, podemos perceber o sertão ou, nas palavras de Paulo Honório, a “vida agreste”, como um cronotopo literário, conceito definido por Mikhail Bakhtin, presente na obra *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance* (1998). O cronotopo artístico-literário diz respeito à relação espaço-temporal (*crónos* significa *tempo* e *topos* significa *espaço*) que influi diretamente na conduta e nas ações das personagens e dos próprios fatos narrados. Nas suas palavras:

No cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo (Bakhtin, 1998, p. 211).

Nesse sentido, para Bakhtin (1998), tempo e espaço na literatura estão correlacionados e são indissolúveis. Na narrativa em análise, o tempo, os anos 1920-1930, a modernidade, e o espaço, sertanejo, o sertão, só podem ser compreendidos em conjunto. De acordo com o teórico, nesse todo compreensivo e concreto, o homem se liga ao mundo. Dessa forma, só podemos analisar, por exemplo, o narrador e personagem de *S. Bernardo*, Paulo Honório, ligado ao tempo e ao espaço, que influíram na conduta e nas ações desse homem.

Depois dos acontecimentos apresentados anteriormente, Paulo Honório se revela desorientado no final da narrativa. Finalmente pontua que “foi aí que me surgiu a ideia esquisita de, com o auxílio de pessoas mais entendidas que eu, compor esta história” (Ramos, 2021, p. 227). Está paralisado, sozinho, sem a amizade do filho, com problemas na propriedade devido à política e às plantações secas, bem como aparenta estar consciente de que foram “cinquenta anos perdidos, cinquenta anos gastos sem objetivo, a maltratar-me e a maltratar os outros” (Ramos, 2021, p. 228).

Para que possamos compreender em maior profundidade a respeito da linguagem de *S. Bernardo* ou o modo como Paulo Honório conta a sua história de vida, na próxima seção estudaremos a teoria enunciativa de Émile Benveniste, mais especificamente, analisaremos o capítulo “A linguagem e a experiência humana”, presente em *Problemas de linguística geral II* (1989).



### 3 “A linguagem e a experiência humana”, de *Problemas de linguística geral II*, de Émile Benveniste

“A linguagem e a experiência humana” é o capítulo quatro da obra *Problemas de linguística geral II* (1989), de Émile Benveniste, e integra a segunda parte do livro, denominada “A comunicação”. Nesse texto, o autor apresenta duas categorias do discurso, a de pessoa e a de tempo. Primeiro, comenta sobre a categoria de pessoa, o *eu*, e depois sobre a categoria de tempo, o *agora*. Tais categorias, elementares, correlacionadas e independentes da cultura expressam a subjetividade dos sujeitos que se comunicam e se localizam *na* e *pela* linguagem. Vejamos os pontos mais importantes desse texto.

A respeito da categoria de pessoa, Benveniste (1989, p. 68) começa declarando que “todo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e *ele*”, em que essa estrutura de oposições linguísticas é inerente ao discurso. Nesse sentido, o falante se apropria, assume o *eu* e se refere a ele próprio. Esse ato de discurso é sempre único, diferente de qualquer outro, não pode se manifestar novamente e a cada vez que é assumido produz uma nova pessoa. Também, o *eu* é sempre novo para o falante que o apropria, pois cada vez em que é assumido insere o locutor em um tempo diferente, com outras circunstâncias e discursos.

Ainda, segundo o linguista, o “[...] *eu* na comunicação muda alternativamente de estado: aquele que o entende o relaciona ao *outro* do qual ele é signo inegável; mas, falando por sua vez, ele assume *eu* por sua própria conta” (Benveniste, 1989, p. 69). Isso quer dizer que o *eu* pode ser o *tu*, bem como o *tu* pode ser o *eu*. Dito de outro modo, em uma situação de comunicação entre *a* e *b*, em que *a* está enunciando, *a* é o *eu* e *b* é o *tu*. A partir do momento que *b* tomar a enunciação, assumirá o *eu*, e *a*, o *tu*.

Benveniste (1989) ressalta que o *eu* fora do discurso é apenas uma categoria de expressão, um dado lexical, um elemento de um paradigma ou uma forma vazia, pois se constitui apenas no ato de dizer. Além disso, pontua que os dêiticos, isto é, os pronomes demonstrativos, também só se constituem no discurso, assim como o pronome pessoal.

Perguntamo-nos, entretanto, bem como Valdir do Nascimento Flores, em *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste* (2013, p. 107) “o que é introduzido aqui [em “A linguagem e a experiência humana”] que, embora presente, não está explícito nos textos anteriores?” A resposta do autor é “a universalidade da experiência humana na linguagem” (Flores, 2013, p. 107-108) e a

possibilidade de o homem se singularizar. Podemos perceber isso na leitura do texto de Benveniste, visto que ele não se refere apenas à experiência humana na linguagem, ou seja, dos sujeitos que se colocam e se situam *na* e *pela* linguagem pelas categorias de expressão, mas ao caráter universal delas, ainda que individual, pois estão presentes em todas as línguas. Quanto à singularidade pela linguagem, o linguista a destaca ao propor que *na* e *pela* linguagem o homem revela a sua subjetividade.

Benveniste (1989) se prolonga mais na categoria de tempo que, para ele, é a mais rica. Antes de apresentar o tempo específico da língua, o linguístico, o qual informa todas as línguas, identifica e difere o tempo físico do tempo crônico. Sobre o tempo físico apenas assinala que ele é “[...] um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade. Ele tem por correlato no homem uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior” (Benveniste, 1989, p. 71). Desse modo, é possível entender que o tempo físico é o tempo dos fatos e muda para cada um de nós.

Por outro lado, o tempo crônico “[...] é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto sequência de acontecimentos. Em nossa visão do mundo, assim como em nossa existência pessoal, não há senão um tempo, que é este” (Benveniste, 1989, p. 71). Nesse sentido, o tempo crônico se configura a partir dos acontecimentos, que estão dispostos em séries, visto que esses eventos não são *o* tempo, eles estão *no* tempo. Ao observarmos os acontecimentos, podemos visualizá-los do passado ao presente ou do presente ao passado, isto é, bidirecionalmente. Essa é, segundo o autor, uma propriedade essencial do tempo crônico.

Também, esse tempo é objetivado pela sociedade e está organizado no calendário. Conforme o linguista, “todas as sociedades humanas instituíram um cômputo ou uma divisão do tempo crônico baseada na recorrência de fenômenos naturais” (Benveniste, 1989, p. 72). Nessa perspectiva, quanto à organização do calendário, o linguista pontua que todos se originam de um momento axial, ou seja, de um eixo de referência, o indicador do ponto zero do cômputo, inalterável. Tal é a primeira condição a que o calendário deve responder, chamada de estativa.

A segunda condição, diretiva, advém da primeira. A partir do eixo de referência, tem-se um momento anterior e um posterior. Já a terceira condição, mensurativa, diz respeito a determinadas unidades de medida que denominam os intervalos constantes entre as repetições de



fenômenos cósmicos. Ademais, os intervalos são constantes dos dois lados do eixo, e a contagem deles também é fixa e imutável.

Benveniste (1989) ainda aponta que a organização social do tempo crônico é intemporal. O tempo medido pelo calendário é intemporal visto a sua fixidez ou objetividade. Os dias, os meses e os anos, por exemplo, são quantias fixas, denominam o tempo, mas não fazem parte da natureza do tempo e são vazias de temporalidade. Em tais quantias se comportam os acontecimentos; todavia, eles não correspondem com as categorias próprias da experiência humana do tempo. O calendário, também, é exterior ao tempo, apenas o registra, não o acompanha.

Em seguida, o teórico apresenta o tempo linguístico, o tempo da língua, inicialmente o comparando com o tempo crônico e físico: “é pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo, e o tempo linguístico manifesta-se irreduzível igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico” (Benveniste, 1989, p. 74). Desse modo, com relação ao tempo crônico, o linguístico não pode ser localizado em uma divisão particular dele, reduzir-se às suas divisões. O que distingue o tempo linguístico dos outros tempos é a ligação com o exercício da fala, isto é, o tempo linguístico se define e se organiza como função do discurso.

O centro do tempo linguístico, gerador e axial, é o presente, a instância de discurso. Para o teórico, “cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do ‘presente’ (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona” (Benveniste, 1989, p. 74-75). À vista disso, o presente é a única expressão temporal da linguagem e é sempre nova cada vez que alguém a fala. Tanto a referência ao passado, quanto ao futuro, dá-se pelo ato enunciativo presente daquele que fala. Além disso, o linguista assinala que o presente linguístico marca as oposições temporais da língua. Isso porque se move com o avanço do discurso e separa o que conhecemos como *passado* e *futuro*, os tempos não presentes, sempre explicitados na língua, ao contrário do *presente*. O autor esclarece isso em:

[...] [o presente] constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento não é ainda presente, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção (Benveniste, 1989, p. 75).

Se, por um lado, o presente é demarcado pela correspondência do acontecimento e do discurso, o passado e o futuro não são, bem como esses tempos não estão na mesma posição do tempo que o presente, pois a língua não os situa no tempo. A língua os localiza no tempo apenas a partir do presente, como pontos vistos para trás ou para frente:

[...] o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, [...] implícito. Ele determina duas outras referências temporais; estas são necessariamente explicitadas em um significante e em retorno fazem aparecer o presente como uma linha de separação entre o que não é mais presente e o que vai sê-lo. Estas duas referências não se relacionam ao tempo, mas as visões sobre o tempo, projetadas para trás e para frente a partir do ponto presente. Esta parece ser a experiência fundamental do tempo, de que todas as línguas dão testemunho à sua maneira. Ela informa os sistemas temporais concretos e notadamente a organização formal dos diferentes sistemas verbais (Benveniste, 1989, p. 76).

O último aspecto destacado por Benveniste (1989, p. 77) diz respeito à maneira pela qual a temporalidade se insere no processo de comunicação: “[...] a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor”. Assim, o *hoje* do locutor pode se converter no *hoje* do interlocutor, bem como o *ontem* do locutor pode passar a ser o *ontem* do interlocutor. Isso significa que locutor e interlocutor mudam de posição no discurso e, em consequência, convertem suas temporalidades. Nesse sentido, o tempo do discurso se caracteriza como um fator de intersubjetividade, condição que possibilita a comunicação linguística.

Depois, o linguista compara o discurso com o texto escrito. Primeiro, ressalta que o tempo da língua “[...] comporta suas próprias divisões em sua própria ordem, esta e aquelas independentes das do tempo crônico” (Benveniste, 1989, p. 78). É dessa maneira que quem fala *hoje* se refere a um evento simultâneo ao seu discurso. No texto escrito, contudo, *hoje* não indica ao leitor um dia do tempo crônico. Deve-se utilizá-lo, por exemplo, do seguinte modo: *hoje, 7 de julho de 1989*, isto é, junto com uma indicação do tempo crônico.

Por fim, Benveniste (1989) frisa que o tempo linguístico se limita em três articulações: *hoje*, *ontem* e *amanhã*. “Centrada no ‘hoje’, ela não pode ser deslocada para trás e para frente senão à distância de dois dias: para trás, ‘ontem’ e ‘anteontem’; para frente, ‘amanhã’ e ‘depois de amanhã’” (Benveniste, 1989, p. 79). Se o locutor necessitar ir além de *ontem* e *amanhã* deverá fazer uso do tempo crônico.

Após conhecermos a obra em estudo de Graciliano Ramos e o seu narrador, bem como a teoria enunciativa de Émile Benveniste, em específico o que o linguista aponta no capítulo “A linguagem e a experiência humana”, de *Problemas de linguística geral II* (1989), podemos compreender, na próxima seção, em maior profundidade a respeito da linguagem de *S. Bernardo* ou o modo como Paulo Honório conta a sua história de vida.

#### 4 O tempo da enunciação e o tempo do enunciado em *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos

Ao iniciarmos a leitura de *S. Bernardo*, um de seus aspectos chama muita atenção: a linguagem. Em especial, a temporalidade da linguagem. João Luiz Lafetá, comentador da obra, em *O mundo à revelia* (1992), na parte cinco, “Narrativa e busca”, esclarece sumariamente sobre a duplicidade temporal do romance. Antes de compreendermos e verificarmos a manifestação do tempo da enunciação e do tempo do enunciado na obra, é importante entendermos e diferenciarmos a enunciação do enunciado. Para isso, vejamos as definições propostas para os termos no *Dicionário de linguística da enunciação* (2009).

A enunciação, na óptica de Émile Benveniste, é caracterizada como a “colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (Flores *et al.*, 2009, p. 102). Já o enunciado é a “manifestação da enunciação, produzida cada vez que se fala” (Flores *et al.*, 2009, p. 107). Os autores, ainda, explicam cada um dos termos com base nas obras de Benveniste. Quanto à enunciação, eles frisam que a definição dada pelo linguista não é a única, pois Benveniste atribuiu diversos sentidos para a palavra *enunciação* em suas obras.

À guisa de explicação, em linhas gerais, os autores assinalam que a enunciação pode ser compreendida como o uso da língua, pelo *eu*, para um *tu*, em um *aqui* e em um *agora*. Também pode ser entendida como o ato individual de tomada da palavra e “[...] constitui-se em um processo de inserção dos sujeitos na língua” (Flores *et al.*, 2009, p. 102). O enunciado, por sua vez, é o produto ou a materialização da enunciação, também mobiliza pessoa, tempo e espaço e “[...] tem existência em um determinado momento em que a língua é mobilizada por um locutor” (Flores *et al.*, 2009, p. 107).

Sobre a presença da enunciação e do enunciado no romance de Graciliano Ramos, ligados ao tempo, Lafetá (1992, p. 209) afirma que o tempo da enunciação é “[...] o momento em que se escreve o livro [...]” e o tempo do enunciado são “[...] os eventos que ocorreram na vida de



Paulo Honório [...]”. Conforme as definições do *Dicionário de linguística da enunciação* (2009), também podemos compreender que o tempo da enunciação é o tempo em que Paulo Honório fala, já o tempo do enunciado é o tempo do qual Paulo Honório fala.

Mais precisamente, no momento em que Paulo Honório (o *eu*) narra sobre a escrita do romance (em um *aqui* e *agora*), ou seja, toma a palavra para interagir com o narratário (o *tu*), inaugura um processo de enunciação. Assim sendo, o tempo da enunciação é o presente. Já o produto da enunciação é o enunciado, o que está posto, dado. Ele também depende das categorias de pessoa, tempo e espaço anteriores. No romance, o tempo do enunciado é o passado, evocado por Paulo Honório por meio da memória, durante o presente.

Para observarmos a manifestação desses dois tempos na obra, escolhemos, principalmente, o capítulo XIX, presente no centro do romance, e o XXXVI, último capítulo de *S. Bernardo*. O primeiro foi selecionado porque a linguagem evidencia a confusão de Paulo Honório e podemos perceber representados o tempo da enunciação e o tempo do enunciado. O segundo em razão de melhor representar o tempo da enunciação, seja pela sua extensão em relação aos outros capítulos, seja pela presença da enunciação do seu início ao seu fim.

Começemos pelo capítulo XIX, magistralmente escrito por Graciliano Ramos. Até o início desse capítulo, Paulo Honório nos conta sobre o desejo de escrever o romance, a sua infância, a conquista de S. Bernardo e de Madalena. O casamento deles é narrado no capítulo XVII e o capítulo XVIII, no tempo do enunciado, termina com: “joguei o guardanapo sobre os pratos, antes da sobremesa e levantei-me. Um bate-boca oito dias depois do casamento! Mau sinal. Mas atirei a responsabilidade para d. Glória, que só tinha dito uma palavra” (Ramos, 2021, p. 120).

“Mau sinal” já é um indicativo de que o relacionamento entre Paulo Honório e Madalena será difícil. No capítulo XIX também há indícios da tragédia que se instaurará, entretanto, alternam-se os tempos, ora é o tempo da enunciação, ora o do enunciado. Tal prenúncio está presente, por exemplo, na seguinte parte, no tempo da enunciação: “emoções indefiníveis me agitam – inquietação terrível, desejo doido de voltar, tagarelar novamente com Madalena, como fazíamos todos os dias, a esta hora. Saudade? Não, não é isto: é desespero, raiva, um peso enorme no coração” (Ramos, 2021, p. 122).

Paulo Honório sente desejo de voltar para onde? Por que ele sentiria saudade de Madalena se no capítulo anterior os dois estavam juntos? Conforme avançamos na leitura do

capítulo, percebemos que o narrador não se refere só ao que já aconteceu, mas também ao que está acontecendo com ele no momento de escrita do romance. Nesse ponto há a aproximação do tempo da enunciação e do enunciado, e o leitor se confunde junto com Paulo Honório.

É importante salientarmos que só saberemos que Madalena cometerá suicídio próximo do final da narrativa; todavia, ela já está morta no tempo em que Paulo Honório escreve a história. Duvidamos se o narrador está se referindo ao que ocorreu ou está ocorrendo, como podemos observar no trecho abaixo:

Lá fora os sapos *arengavam*, o vento *gemia*, as árvores do pomar *tornavam-se* massas negras.  
– Casimiro!  
Casimiro Lopes *estava* no jardim, acorocado ao pé da janela, vigiando.  
– Casimiro!  
A figura de Casimiro *aparece* à janela, os sapos *gritam*, o vento *sacode* as árvores, apenas visíveis na treva (Ramos, 2021, p. 122, grifos nossos).

A citação inicia no tempo do enunciado, com as memórias do narrador, mas a partir de “a figura de Casimiro aparece” se instaura o tempo da enunciação e Paulo Honório nos conta o que está acontecendo no jardim no instante em que escreve. Antes os sapos “arengavam”, agora “gritam”; antes o vento “gemia”, agora “sacode” as árvores; antes as árvores “tornavam-se” negras, agora são apenas visíveis na treva; e Casimiro, que “estava” no jardim, “aparece” à janela.

Adiante, inclusive, Paulo Honório revê Casimiro. Contudo, ele não tem certeza se está no presente ou no passado: “penso que chamei Casimiro Lopes. A cabeça dele, com o chapéu de couro de sertanejo, assoma de quando em quando à janela, mas ignoro se a visão que me dá é atual ou remota” (Ramos, 2021, p. 123). Em outro momento, ocorre uma situação parecida: “estou encostado à mesa, as mãos cruzadas. Os objetos fundiram-se, e não enxergo sequer a toalha branca” e, adiante, “a toalha reaparece, mas não sei se é esta toalha sobre que tenho as mãos cruzadas ou a que estava aqui há cinco anos” (Ramos, 2021, p. 123).

Em *O capítulo 19 de São Bernardo: fusão, transfusão, confusão* (2018), Erwin Torralbo Gimenez pontua exatamente o que observamos nas citações acima. “Em seu desenho, o capítulo [XIX] apreende uma síntese formal de toda a narrativa com três passagens: perplexidade na enunciação das vivências; embaralhamento dos tempos em estado de delírio; volta sem escape ao escuro presente” (Gimenez, 2018, p. 186).

O delírio do narrador vai se tornando cada vez mais evidente: “uma coruja pia na torre da igreja. Terá realmente piado a coruja? Será a mesma que piava há dois anos? Talvez seja até o mesmo pio daquele tempo” (Ramos, 2021, p. 123). Na próxima página afirma que “aparentemente estou sossegado: as mãos continuam cruzadas sobre a toalha e os dedos parecem de pedra. Entretanto, ameaço Madalena com o punho. Esquisito” (Ramos, 2021, p. 124).

No capítulo em análise, Paulo Honório não distingue realidade de irreabilidade, presente de passado, há um vai e volta entre esses tempos e, conforme Gimenez (2018), permeia a ambiguidade. Em consonância, para Lafetá (1992, p. 212), o capítulo XIX “[...] embaralha de fato consciência e realidade, memória e presente, objetividade e subjetividade”. Quanto à subjetividade, segundo o teórico, no tempo do enunciado o narrador é mais objetivo, e no tempo da enunciação, mais subjetivo.

Podemos observar a presença da subjetividade, de uma narrativa lenta, sem tantas ações, com a objetividade de Paulo Honório fora de cena, no capítulo XXXVI, em que predomina o tempo da enunciação: “desde então procuro descascar fatos, aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, à hora em que os grilos cantam e a folhagem das laranjeiras se tingem de preto” (Ramos, 2021, p. 228). Muito similar é uma parte do capítulo II:

Aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, suspendo às vezes o trabalho moroso, olho a folhagem das laranjeiras que a noite enegrece, digo a mim mesmo que esta pena é um objeto pesado. Não estou acostumado a pensar. Levanto-me, chego à janela que deita para a horta. Casimiro Lopes pergunta se me falta alguma coisa (Ramos, 2021, p. 10).

Contrapomos tais citações com um trecho do capítulo XVI, no tempo do enunciado, a respeito do casamento de Madalena e Paulo Honório. Atentemos para as marcas de temporalidade em destaque e a importância dada pelo narrador em agir de imediato, sem demora, característica de Paulo Honório, vista em outros episódios da narrativa:

Vamos marcar o *dia*.

– Não há pressa. Talvez daqui a um ano... Eu preciso preparar-me.

– *Um ano?* Negócio com prazo de ano não presta. Que é que falta? Um vestido branco faz-se em *vinte e quatro horas*.

Ouvindo passos no corredor, baixei a voz:

– Podemos avisar [*agora*] sua tia, não?

Madalena sorriu, irresoluta.

– Está bem (Ramos, 2021, p. 110-111, grifos nossos).



São dois tempos totalmente diferentes, o da enunciação e o do enunciado; tempos diferentes em que se encontra Paulo Honório, um atual e o outro remoto, evocado pela memória; e maneiras diferentes de a personagem agir sobre o tempo, sem objetividade e com objetividade. Para Lafetá (1992, p. 211), inicialmente o controle do tempo por Paulo Honório se relaciona à ação e ao domínio, na conquista da propriedade e de Madalena, no entanto, nos momentos em que está no presente, rememorando a vida, “[...] a incerteza simboliza a impotência e insegurança a que está reduzido o narrador. Simboliza, em última análise, sua oscilação diante do mundo que já não pode reduzir à objetividade da medida exata, que já não pode controlar”. Em virtude do cronotopo em que vive, como vimos na segunda seção deste artigo, em que Paulo Honório age, são geradas as consequências acima, citadas por Lafetá (1992).

Ainda a respeito do tempo, retomemos o último parágrafo do capítulo XIX: “o que não percebo é o tique-taque do relógio. Que horas são? Não posso ver o mostrador assim às escuras. Quando me sentei aqui, ouviam-se as pancadas do pêndulo, ouviam-se muito bem. Seria conveniente dar corda ao relógio, mas não consigo mexer-me” (Ramos, 2021, p. 125). Paulo Honório se encontra paralisado, assim como o relógio, sem noção do tempo crônico, conforme definido por Benveniste (1989).

O capítulo XXXVI também é exemplar na abordagem do tempo. Aqui a situação se assemelha à anterior. O narrador ocasionalmente perde a noção do tempo, como em: “às vezes entro pela noite, passo tempo sem fim acordando lembranças” (Ramos, 2021, p. 228). Em consonância com os outros casos, o tempo é indiferente para o narrador, ele não se move nele, mas está a sua mercê: “não tenho sono. Deitar-me, rolar no colchão até a madrugada, é uma tortura. Prefiro ficar sentado, concluindo isto. Amanhã não terei com que me entreter” (Ramos, 2021, p. 232). Ainda mais revelador sobre o tempo é o trecho abaixo:

Cinquenta anos! Quantas horas inúteis! Consumir-se uma pessoa a vida inteira sem saber para quê! Comer e dormir como um porco! Como um porco! Levantar-se cedo todas as manhãs e sair correndo, procurando comida! E depois guardar comida para os filhos, para os netos, para muitas gerações. Que estupidez! Que porcaria! Não é bom vir o diabo e levar tudo? (Ramos, 2021, p. 228-229).

Para o Paulo Honório que agora escreve a sua história, o tempo passado foi desperdiçado, o presente é insignificante e não há perspectiva de futuro. No único tempo em que é possível ele se modificar, no presente, isso não pode acontecer. Segundo ele, porque a profissão

o inutilizou, dando-lhe qualidades tão ruins. Também, o espaço agreste, um cronotopo, o influenciou no seu modo de vida.

Vimos que, consoante Gimenez (2018), o capítulo XIX sintetiza *S. Bernardo* com três passagens. Dessas, duas estão presentes no capítulo XXXVI, a perplexidade na enunciação das vivências e a volta sem escape ao escuro presente. Por outro lado, Paulo Honório não se encontra em um estado de delírio como aquele do capítulo do centro do romance, e o tempo predominante dessa parte é o da enunciação.

“Com um estremecimento, largo essa felicidade que não é minha e encontro-me aqui em *S. Bernardo*, escrevendo” (Ramos, 2021, p. 232). Depois, Paulo Honório sente um arrepio e afirma: “a lembrança de Madalena persegue-me” (Ramos, 2021, p. 232). Ao final da obra novamente se embarça ao enunciar: “julgo que delirei e sonhei com atoleiros, rios cheios e uma figura de lobisomem” (Ramos, 2021, p. 234).

No último parágrafo volta ao presente escuro: “e eu vou ficar aqui, às escuras, até não sei que hora, até que, morto de fadiga, encoste a cabeça à mesa e descanse uns minutos” (Ramos, 2021, p. 234). O leitor também fica às escuras após a leitura da obra, visto a profundidade em que submerge para conhecer Paulo Honório. A linguagem do narrador, já terminada a obra, ainda parece permanecer viva, ecoando em nossa memória.

## 5 Considerações finais

Se, inicialmente, poderia ser considerado inusitado colocar lado a lado Graciliano Ramos e Émile Benveniste ou *S. Bernardo* e *Problemas de linguística geral II*, após esse percurso a visão pode ser outra. A análise linguística, em especial a noção de enunciação, enunciado e tempo para Benveniste, possibilitou que compreendêssemos em maior profundidade o(s) sentido(s) de *S. Bernardo*.

Ao examinarmos os capítulos XIX e XXXVI da obra, estivemos em contato com uma linguagem muito singular. No primeiro, podemos observar as consequências do delírio de Paulo Honório na alternância dos tempos da enunciação e do enunciado e a ambiguidade gerada com isso. Ora o narrador se situa no presente, ora no passado. Algumas vezes conta o que está acontecendo com ele no momento de escrita do romance, outras vezes, o que já havia

acontecido. No tempo da enunciação, inclusive, Paulo Honório também narra sobre o fazer literário, a escrita de uma ficção.

Já no capítulo XXXVI, com o predomínio do tempo da enunciação, constata-se a presença da subjetividade, de uma escrita morosa, de um narrador que também se comporta vagarosamente. Paulo Honório não tem mais domínio sobre o tempo, não percebemos mais a ação dele sobre o tempo, mas, ao contrário, a ação do tempo sobre Paulo Honório.

Valemo-nos para a compreensão das definições de enunciação e de enunciado, bem como de tempo da enunciação e tempo do enunciado do texto “A linguagem e a experiência humana” (1989), de Benveniste. Ressaltamos a importância de compreender que, para o linguista, *pessoa* e *tempo* estão ligados à *experiência humana*. Isso quer dizer que tais categorias são manifestadas pela experiência humana, mais especificamente, pelo *ato de fala*.

É exatamente isso que frisa Benveniste (1989, p. 80) na última linha de seu texto: “em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem”. Além disso, a experiência humana é universal, pois as categorias de pessoa e tempo existem em todas as línguas e cada vez que o *eu* for assumido a pessoa singularizar-se-á, expressará a subjetividade que, em relação com o *tu*, levará à intersubjetividade.

Nesse sentido, uma vez que as categorias de pessoa e tempo são manifestadas pelo ato de fala e são únicas e novas a cada vez que tomadas ou enunciadas pelo locutor, podemos considerá-las como sendo relativas. Por causa disso, é necessário duvidar da narrativa apresentada por Paulo Honório, e é difícil precisar o quanto podemos confiar no narrador.

Quanto ao tempo, ainda é essencial frisar que o centro do tempo linguístico é o presente, a única expressão temporal da linguagem. O *passado* e o *futuro* são os tempos não presentes, explicitados na língua, diferente do *presente*, que não é explicitado porque é demarcado pela concomitância do acontecimento e do discurso. Já a referência ao passado ou ao futuro se dá pelo ato enunciativo presente daquele que fala, por isso tais tempos não estão no mesmo nível do tempo que o presente. Na verdade, a língua não os situa no tempo, apenas como pontos vistos para trás ou para frente a partir do presente.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 4. ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1998.

Web Revista Linguagem, Educação e Memória.  
ISSN: 2237-8332 | N.22 | V.1 | 2024 – e8945  
<https://doi.org/10.61389/wrlem.v1i22.8945>



BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. *In*: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.* Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 68-80.

FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges; FINATTO, Maria José Bocorny; TEIXEIRA, Marlene. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

GIMENEZ, Erwin Torralbo. O capítulo 19 de São Bernardo: fusão, transfusão, confusão. *Literatura e sociedade*, São Paulo, n. 28, p. 183-193, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/152440/149581>. Acesso em: 07 jan. 2022.

LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. *In*: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 58. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1992. p. 189-213.

RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. 106. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.